

# Arena sem sangue

Não correrá sangue pela acarpetada arena do Senado. Nem uma mísera gota. No máximo, calombos doloridos nas cabeças dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, quando se despedirem, depois da renúncia dos mandatos. O espetáculo da violação do painel eletrônico deve terminar na próxima semana, antes ou logo depois da reunião do Conselho de Ética e Decoro, convocada para quarta-feira, 23, para a votação do severo relatório do senador Roberto Saturnino. Certamente, antes da reunião da Mesa Diretora, marcada para o dia 24, data limite para a renúncia do mandato.

Desfecho que contempla o que sempre se avaliou como a mais provável das hipóteses. Salvo erro grosseiro de cálculo, a esta altura os dois senadores envolvidos no episódio da quebra do sigilo do voto, duramente alvejados pelo relator, não podem cultivar ilusões quanto à decisão do Conselho de Ética. Nem é preciso esforço para apurar a transparente tendência majoritária: dos 15 membros, nove anteciparam o voto pela cassação dos mandatos.

Nenhuma surpresa. A marcha arrastada do Senado acertou o passo pela reação da opinião pública. Esta clama pela execução sangrenta e curtirá inevitável frustração com a saída pela porta dos fundos da renúncia. Mas o roteiro segue a lógica implacável, pautado pelas regras do jogo.

De sua parte, o Senado, acuado pela cobrança popular, com campanha eleitoral à vista no próximo ano e purgando a maldição de escândalos, com a credibilidade aos cacos, no fundo do poço negro da impopularidade, contorcendo-se em vergonha e remorso, tenta o remendo possível. Claro que a aprovação da proposta do relator de cassação dos mandatos não repara o rombo do inexorável desgaste. O Legislativo, na miopia ética, cometeu todos os erros da escala do desatino. E o Senado decaiu da compostura com a insensibilidade moral da maioria elegendo para presidente o senador Jader Barbalho, crivado de denúncias de enriquecimento ilícito, sem conseguir explicar como amealhou a respeitável fortuna em 32 anos de vida pública, além de embrulhado nas roubalheiras da Sudam e do Banpará.

A população foi tangida a alimentar ilusões com a mímica táctica dos desmentidos de ACM e de Arruda à renúncia dos mandatos. Jogo de cena clássico, sem novidade. A renúncia anunciada seria a confissão prévia de derrota. E é evidente que a solução ideal, que reduziria os danos políticos, seria o acordo que preservasse o mandato, com a tolerância de punições mais brandas, como a suspensão do exercício por seis meses, até o fim do ano ou a carícia da simples censura.

Divagações e esperanças que se dissolviam diante da evidência: a cassação sempre contou com o apoio de folgada maioria, no bloco compacto dos exaltados e dos silenciosos de inclinação sabida.

Basta um segundo de reflexão. Além da perda do mandato, a cassação impõe a automática inelegibilidade por oito anos. E a renúncia, noves fora os arranhões na estima e na biografia, troca um ano e sete meses do mandato esvaziado pela possibilidade de reiniciar a carreira política, candidatando-se a novo mandato nas eleições de 2002. ACM raciocina com a fidelidade da sua base baiana para voltar ao Senado ou concorrer ao quarto mandato como governador. No caso do senador José Roberto Arruda, expelido do PSDB, sem partido e em profunda depressão, a renúncia aliviaria seus infortúnios, abrindo o prazo para futuras decisões.

Para o Senado, a renúncia de um ou dos dois senadores é a menos conveniente das soluções. O drible no constrangimento de punir companheiros da amena convivência no mais seletivo e aristocrático clube de Brasília custa o desconto na decepção da sociedade, mobilizada para exigir a cabeça dos acusados.

E o momento é péssimo para desapontar o eleitor, em cima da poeira levantada com a fulminante operação do governo, comandada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, para abafar a instalação da CPI mista da Corrupção, negociando a retirada das assinaturas de 20 deputados, que foram convencidos com a generosa liberação de verbas para suas emendas ao Orçamento.

Com o senador Jader Barbalho cada vez mais desinibido na presidência, a CPI morrendo na praia e o enterro de segunda classe da fraude no painel eletrônico, o Senado e o Congresso têm que excitar a criatividade e pegar carona na crise energética, acendendo uma vela para não ficar com a agenda vazia e sem assunto nos seis meses de apagão. A criação da Comissão Especial para acompanhar o desempenho do governo na crise que chocou no ninho burocrático com inacreditável imprevidência, omissão e incompetência é a primeira iniciativa tímida para cavar um lugar no palco, mesmo que seja na última fila do balcão.

Pois a temporada do painel eletrônico termina na próxima semana. E não há nada programado para o segundo semestre.